



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

6.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 15 DE ABRIL DE 2013

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Alcino Pinto

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Deolindo Da Mata

Adllander Matos

Filomena dos Prazeres

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 50 minutos.

Procedeu-se à tomada de posse de três Deputados substitutos à Assembleia Nacional.

O Sr. Deputado Levy Nazaré (ADI) interpelou a Mesa sobre a não transmissão directa da TVS e sobre o não empossamento dos Deputados do ADI, o que mereceu resposta da Mesa e da 1.ª Comissão Especializada Permanente. Intervieram os Srs. Deputados José Viegas (MLSTP/PSD), Albertino Bragança (PCD) e Idalécio Quaresma (ADI).

Antes da ordem do Dia. – No quadro da abertura da 6.ª Sessão Legislativa da IX Legislatura, produziram discursos os Srs. Deputados Albertino (PCD), José Viegas (MLSTP/PSD), Idalécio Quaresma (ADI) e, por último, o Sr. Presidente, que depois declarou aberta a 6.ª Sessão.

Ordem do Dia. – Foi aprovado, na generalidade, especialidade e em votação final global o projecto de resolução n.º 65/IX/2013 – Que substitui o Sr. Juvenal Rodrigues pela Sra. Eugénia Sacramento de Menezes da Costa Alamão, como representante do Sindicato dos Jornalistas e Técnicos da Comunicação Social, no Conselho Superior de Imprensa.

A aprovação, na generalidade, especialidade e em votação final global, do projecto de resolução n.º

66/IX/2013 – Que substitui o Sr. Alcino Martinho de Barros Pinto pelo Sr. Jorge Amado, como representante da Assembleia Nacional, no Conselho Superior de Defesa Nacional, foi adiado.

Foi aprovado, na generalidade, especialidade e em votação final global, o projecto de resolução n.º 67/IX/13 – Substituição dos Membros da Comissão Eleitoral Nacional. Intervieram os Srs. Deputados Idalécio Quaresma (ADI), Domingos Boa Morte (ADI), Levy Nazaré (ADI) e Albertino Bragança (PCD).

Foi também adiada a apreciação e aprovação, na generalidade, especialidade e em votação final global, do projecto de resolução n.º 68/IX/2013 – Que atribui senha de presença aos membros do Conselho Superior de Imprensa. Usou da palavra o Sr. Deputado Hélder Paquete (ADI).

Por último, procedeu-se à apreciação e aprovação, na generalidade, especialidade e em votação final global, do projecto de resolução n.º 68/IX/2013 – Que autoriza o funcionamento da Comissão Eleitoral Nacional até as Eleições Autárquicas e Regional. Usaram da palavra os Srs. Deputados Levy Nazaré (ADI) e Albertino Bragança (PCD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão quando eram 13 horas e 35 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sra. Ministra da Justiça, Sras. e Srs. Deputados, Estimados Presentes: Vamos iniciar hoje um novo período de sessões. Estivemos a observar um período de férias parlamentares, de acordo com o nosso Regimento, e, por esta razão, para que pudéssemos ter hoje a sessão, convocámos a Conferência de Líderes e a Comissão Permanente, que determinou, de acordo com o Regimento, que pudéssemos realizar esta sessão plenária hoje, dia 15, segunda-feira. Por isso mesmo, havendo o quórum, de acordo com a informação do Sr. Secretário da Mesa, declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 50 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adérito de Oliveira Bonfim dos **Ramos**
Adilson Cabral **Managem**
Alexandre da Conceição **Guadalupe**
André Varela **Ramos**
Bilaine Carvalho Viegas de **Ceita**
Carlos Alberto Pires **Pinheiro**
Carlos Manuel Cassandra **Correia**
Celmira de Almeida do **Sacramento**
Cecílio **Quaresma** da Graça Sacramento
Domingos José da Trindade **Boa Morte**
Domitília Portulêz **Trovoada** da Costa
Flávio Pires Mascarenhas dos **Ramos**
Hélder **Paquete** Lima
Heliodoro Pires **Quaresma**
Idalécio Augusto **Quaresma**
Isabel Mayza Jesus da Graça **Domingos**
José António Sacramento **Miguel**
José da Graça **Diogo**
José Manuel Costa Alegre
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Manuel da Graça José **Narciso**
Mário **Fernando**
Martinho da Trindade **Domingos**
Octávio da Costa de **Boa Morte** Fernandes
Paulo Jorge de **Carvalho**
Roberto Patrício das Neves **Lombá**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adllander Costa de **Matos**
Alcino Martinho de Barros **Pinto**
Alda da Silva Moniz Umbelina **Ferreira**
António da Trindade Afonso **Ramos**
António **Monteiro** Fernandes
Arlindo **Barbosa** Semedo
Beatriz da Veiga Mendes **Azevedo**
Deolindo Luís da Trindade **da Mata**
Domingos **Monteiro** Fernandes
Elsa Maria d'Alva Teixeira **Pinto**
Filomena Sebastião Santana **Monteiro** d'Alva
Gonçalo Maria Sátino **d' Apresentação**
Guilherme **Octaviano** Viegas dos Ramos
Jerónimo Pires **Quaresma**
José da Graça **Viegas** Santiago
José Maria Afonso de **Barros**
Manuel da Cruz **Marçal** **Lima**
Manuel **Martins** Quaresma
Manuel Ferreira dos **Santos**
Mohamed **Guadalupe** **da Glória**
Silvestre Manuel Gomes **Duarte**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Albertino Homem Sequeira **Bragança**

Cipriano Sousa **Riqueza**

Aurélio Vicente d' **Assunção**

Filomena Maria dos **Prazeres**

Firmino João **Raposo**

Naidizilda Lopes **Veloso**

Maria Edite Salvaterra **Pinto**

Movimento Democrático Força da Mudança – Partido Liberal (MDFM/PL):

Hélder Bonfim de **Menezes**

O Sr. **Presidente**: — Temos, como pontos para a nossa sessão de hoje aqueles que vêm incluídos no Boletim que vos foi distribuído, que dispenso a leitura, porque os Srs. Deputados o têm presente.

Tendo já declarado aberta a sessão, passo a palavra ao Sr. Secretário para proceder de conformidade com os aspectos que estão agendados, começando pela substituição de Deputados.

Pausa.

Srs. Deputados, precisamos de preencher um lugar na Mesa, pelo que convido a Sra. Deputada Celmira para ocupar o seu lugar.

Negou, acenando com a cabeça.

A Sra. Deputada Celmira diz não estar disponível, convido então o Sr. Vice-Secretário para ocupar o lugar na Mesa.

Pode prosseguir, Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Deolindo da Mata): — Sr. Presidente, passo à leitura do Termo de Posse. «Termo de posse dos Deputados à Assembleia Nacional.

Aos 15 dias do mês de Abril do ano 2013, compareceram ao Plenário da Assembleia Nacional os Srs. Deputados substitutos Naidizilda Lopes Veloso, Aurélio Vicente d'Assunção, Silvestre Manuel Gomes, Alda da Silva Moniz Umbelina e Gonçalo Maria Sátino d'Apresentação, dos círculos eleitorais de Água Grande, Cantagalo, Lobata e Região Autónoma do Príncipe, respectivamente, em substituição dos Srs. Deputados eleitos Joaquim Rafael Branco, Delfim Santiago das Neves, Francisco Inácio da Silveira Rita, António Barros e Silvíia do Espírito Santo, tendo os mesmos prestado juramento nos seguintes termos».

Prestaram juramento nos termos constitucionais.

«E para constar lavrou-se o presente termo de posse que vai ser assinado por Sua Excelência o Sr. Presidente da Assembleia Nacional, já assinado pelos empossados e por mim, o Secretário, que o lavrou».

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sras. e Srs. Deputados, queríamos fazer duas interpelações à Mesa.

Primeira, gostaríamos de perguntar porque é que não há a transmissão da TVS em directo na sessão de hoje.

Segunda interpelação, o Grupo Parlamentar do ADI solicitou, de acordo às normas e às leis, a substituição de Deputados, colegas nossos que foram eleitos pelo povo e quem não tomaram posse como nós no momento devido, pelas suas funções governativas na altura, logo estava sob incompatibilidade. Já é a segunda vez que solicitamos a substituição destes Deputados e tomamos conhecimento agora que não houve a substituição dos mesmos.

Gostaríamos de interpelar a Mesa do porquê?

O Sr. **Presidente**: — Deixa-me dizer ao Sr. Deputado que estamos com um pequeno problema e este pequeno problema chama-se cumprimento das nossas regras. O Sr. Deputado, quando falou, fez referência à Mesa e ela tem um Presidente. Julgo que a ética deve obrigar-lhe a fazer referência ao Presidente da Mesa ou então ao Presidente da Assembleia.

Para responder à sua primeira questão, quanto à transmissão em directo, ela não está acontecendo hoje, porque os nossos serviços não o requereram.

Murmúrios e protestos do ADI.

Não requisitamos à comunicação social a transmissão em directo desta sessão...

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Mas porquê?

O Sr. **Presidente**: — Não se requisitou, porque entendemos que não era necessário.

Relativamente à segunda questão, que decorre da primeira observação, de facto recebi, na sexta-feira, por volta das 15 horas, um conjunto de pedidos de substituição, não só dos Srs. Deputados do ADI, como dos demais Deputados, as remeti à comissão competente e recebi um parecer, inviabilizando a substituição dos Srs. Deputados do ADI.

Para o efeito, dou a palavra ao Sr. Presidente interino desta Comissão para que apresente os seus fundamentos.

De recordar que esta 1.^a Comissão é presidida pelo Sr. Deputado Idalécio Quaresma que não tem, segundo as informações que me foram prestadas, aparecido nas sessões da comissão.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas, para os esclarecimentos.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, vou produzir aquilo que foi a decisão da 1.^a Comissão Especializada.

Já tínhamos recebido o pedido a esse respeito, mas observámos, ao nível da 1.^a Comissão, uma questão de princípio e de coerência, que é a seguinte: o ADI tem, reiteradas vezes, dito que não reconhece a Assembleia Nacional, que é um assalto ao poder, não reconhece o Presidente da Assembleia e ficamos com alguma dificuldade. Quem vai dar posse a esses Srs. Deputados?

Murmúrios e protestos do ADI.

Retomando aquilo que foi o parecer da 1.^a Comissão, acho que os Srs. Deputados tiveram conhecimento. Diz assim: «Não se alterando o quadro jurídico prevaletente, ou seja, a recusa reiterada dos Deputados do ADI, quer no reconhecimento da Assembleia Nacional quer do seu Presidente e, em especial, a participação dos trabalhos da 1.^a Comissão, nestes termos, esta Comissão, reunida com a presença dos membros em efectividade de funções, considera desajustado o pedido, deixando para ulterior solução, caso se verifique a alteração do quadro actual».

É esta a resposta que a 1.^a Comissão deu e já foi enviada ao Grupo Parlamentar do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Feitos os esclarecimentos, gostaria de aconselhar os Srs. Deputados a ultrapassarmos isso. Todavia...

Murmúrios e protestos do ADI.

Srs. Deputados, temos uma regra e vamos observá-la. Não determinei, convidei o Plenário a ultrapassar isso.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — De facto recebemos esta manhã o despacho. Primeiro, o nosso pedido de substituição deu entrada no dia 11, no dia 12 houve um despacho urgente para a 1.^a Comissão, para análise e parecer, e nos chegaram às mãos dois pareceres contraditórios, com a mesma data e o mesmo despacho.

Se me permitem, diz o primeiro parecer: «com os fundamentos de que prove a necessidade de alterar a leitura sobre o assunto, o artigo 16 do Regimento, na alínea b) do ponto 1, permite que a solicitação dos Srs. Deputados seja indeferida.

Contudo, tendo em conta que os Deputados em referência tinham introduzido um pedido semelhante dentro do prazo, embora muito tardiamente para a plenária.

Neste sentido, os Deputados devem ser empossados». Volto a repetir, é o despacho da 1.^a Comissão, «neste sentido, os Deputados devem ser empossados».

«O Presidente...», neste caso o Presidente interino, «da 1.^a Comissão, aos 15 dias do mês de Abril de 2013».

Seria de facto desonestidade da minha parte também não ler o segundo parecer, com o mesmo despacho.

«...Aditamento em tempo útil, no entanto, não se alterando o quadro jurídico prevaletente, ou seja, a recusa reiterada dos Deputados, quer no reconhecimento da Assembleia Nacional quer do seu Presidente e, em especial, a participação dos trabalhos da 1.^a Comissão, nestes termos, esta Comissão, reunida com a presença dos membros em efectividade de funções, considera desajustado o pedido, deixando para ulterior solução, caso se verifique a alteração do quadro actual». Também dia 15 de Abril de 2013, hoje. Os dois pareceres têm a mesma data, dia 15. Pela lógica, percebe-se que o último que foi depois, mas nem tem a hora e gostaríamos de perguntar o quê que se passa com a 1.^a Comissão, independentemente da posição que o ADI assumiu.

Mais, se me permite e para todo o povo ouvir, achamos que isto é uma perseguição aos Deputados eleitos, e digo porquê: recebemos o Boletim Informativo que dá o tempo disponível para o ADI. Logo, se reconhece que o ADI está no exercício das suas funções. O ADI tem 10 minutos e pode participar e, se pode fazê-lo, porque é que os

Deputados do ADI eleitos não podem tomar posse? Se o ADI está nesta posição, como é que estão a dar-lhe 10 minutos para participar no debate parlamentar?

Nós ouvimos na televisão que a Assembleia e o Sr. Presidente estão reconhecidos, quer nacional, quer internacionalmente, independentemente da posição política do ADI. Se se é dessa opinião, então não se pode impedir os Deputados de tomarem posse. Por isso, se me permitem, volto a invocar o Estatuto dos Deputados à Assembleia Nacional, no seu artigo 10.º. É bom que toda a população tome conhecimento daquilo que está a acontecer em São Tomé e Príncipe. Dizem que Levy fala muito, mas não é falar muito. Diz o Estatuto dos Deputados: «Nenhum Deputado pode ser incomodado, perseguido, detido, preso, julgado, ou condenado pelos votos e opiniões que emitir no exercício das suas funções». «Nenhum Deputado pode ser perseguido», mas o Grupo Parlamentar do ADI, com esta atitude, está ser perseguido. Os Deputados eleitos do ADI não podem tomar posse, todos estamos calados a assistir a isso e vimos cá falar de regras.

Não percebemos como é que há dois pareceres com o mesmo despacho. Já é a segunda vez que estamos a pedir a tomada de posse dos nossos colegas que foram eleitos pelo povo e não se autoriza essa posse. E digo mais, até para se ver a incongruência de tudo isso: nós, o Grupo Parlamentar do ADI, com a posição que assumimos politicamente e vamos defendê-la sempre, na semana passada, recebemos uma convocatória da Mesa da Assembleia, presidida pelo Sr. Deputado Alcino Pinto, a convidar o ADI para indicar um dos nomes dos seus representantes na 1.ª Comissão, para viajar para Portugal. Como é que se convida um Deputado do ADI a fazer parte de uma delegação que vai a Lisboa, quando se tira a esses Deputados o passaporte diplomático, quando se lhes tira regalias, quando não se autoriza o Deputado a tomar posse? Isso é incongruência! Então não se devia convidar o Deputado do ADI a ir para Lisboa.

Gostaríamos de alertar a população sobre o que está a acontecer no nosso país e o que está a acontecer nesta Assembleia. Por isso, pedimos encarecidamente a Mesa da Assembleia para deixar que os nossos Deputados, que foram eleitos pelo povo, tomem posse para estarem aqui nos seus lugares, onde eles devem estar como Deputados que o povo escolheu, como todos nós.

Não viemos fazer confusão, como estão à espera, penso eu; não viemos criar conflitos e não viemos criar problemas à Assembleia, mas também exigimos que se cumpra a lei, o Regimento da Assembleia e que se cumpra a Constituição da República.

É isso que gostaríamos de dizer.

O Sr. **Presidente**: — Para lhe dizer que da parte da Mesa da Assembleia e, particularmente, do Presidente não há diligências nenhuma no sentido de perseguir quem quer que seja.

Entretanto, julgo que essa questão está colocada e gostaríamos de conhecer a reacção dos Srs. Deputados.

Pausa.

Protestos do Sr. Deputado Levy Nazaré.

Srs. Deputados, o Presidente da Assembleia não determina sobre este assunto. Como o senhor pode entender, chegando o pedido, procedi de acordo com os trâmites normais e o remeti, com carácter até de urgência, porque recebi quase já no fecho da hora normal de serviço. Tive o cuidado de telefonar aos responsáveis da Comissão, no sentido de poderem trabalhar até no fim-de-semana para que não tivéssemos dificuldades no início da nossa sessão. Sei que isso lhes foi difícil e esse atraso do início da reunião teve um pouco a ver com isso.

Daí que volto a insistir, Srs. Deputados, se discutimos este assunto hoje ou se discutimos um outro dia. Gostaria de conhecer a reacção dos vários Grupos Parlamentares aqui presentes.

Pausa.

Srs. Deputados, o silêncio significa o quê?

Para alertar também aos Srs. Deputados que estamos com um problema na máquina de registo do tempo. Daí que vamos fazer um pouco a gestão, independentemente do tempo distribuído a cada um dos grupos parlamentares.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré, para uma intervenção.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Gostaríamos de apelar a todos os Deputados aqui presentes, mas este não é um pedido misericordioso para os colegas tomarem posse, não é nada disso, não é nenhuma imploração, mas é uma questão de direito de cada um que foi eleito, independentemente do grupo a que pertença o Deputado. É o direito de cada um. Penso que não é um assunto para se votar, ou para se decidir em Plenário, porque isso está na lei. Às vezes confundimos direitos consagrados na lei com as decisões que o Plenário pode tomar.

Independentemente do parecer da 1.ª Comissão, é possível que os Deputados possam cometer um erro sobre a avaliação que fazem daquilo que diz a lei, pôr a questão ao Plenário, como se o Plenário decidisse. O Plenário não toma decisão ao contrário do que está na lei. Todos os dias ouvimos altas individualidades do Estado dizerem que se tem que cumprir regras, as leis e a Constituição. Trata-se de tomada de posse de um Deputado que foi membro do Governo, na altura não podia tomar posse. Não é um assunto que esteja nas mãos do Plenário da Assembleia. É um direito de qualquer cidadão, constitucionalmente consagrado. Mais uma vez é esse o apelo que gostaríamos de fazer.

Se me permite, não tenho problemas em chamá-lo de «Presidente». Sou uma pessoa coerente, é a posição do meu partido e a assumo, não tenho problemas. Não faço política de ódio contra ninguém, nem aqui, nem em parte nenhuma. Assumo a posição que tomo, porque é a posição do meu partido. Como os vários partidos aqui representados também têm as suas posições e a assumem.

Por isso, vou mais uma vez dizer aos Deputados presentes que não podemos dar essa tarefa só à Mesa ou aos membros da 1.^a Comissão. A tomada de posse de nossos colegas é um direito que lhes assiste. O Grupo Parlamentar do ADI tem essa posição, uma posição que muitas vezes se ridiculariza, mas é política e assumimos. O Estado e tudo está a funcionar, independentemente de dizermos que não reconhecemos a Assembleia, tanto mais que estamos aqui.

Por isso a tomada de posse não pode ser uma coisa que fica dependente de o ADI mudar a sua posição política.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, queria fazer um apelo para não eternizarmos isso. Dou a palavra ao Sr. Líder do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, para uma intervenção.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, estava a fazer um esforço para não intervir na base dessas intervenções, mas, por uma questão de princípio, gostaria de dizer duas coisas.

Primeira, relativamente ao parecer, o aditamento tem prioridade em relação ao primeiro parecer e isso é entendível.

Há uma questão segunda que é a seguinte: penso que quando invocamos os nossos direitos temos que entender que há os nossos deveres, para além daquilo que entendo ser o princípio de ética e de postura política pública.

O Sr. Deputado disse que algumas vezes vem à plenária, mas dos registos que tenho em nenhuma das vezes, quando houve sessão de votação, os Deputados se pronunciaram. Diz o artigo 113.º do Regimento, no seu ponto 12: «Nenhum Deputado presente pode deixar de votar, sem prejuízo do direito de abstenção». Pode considerar-se essa presença nula, porque não houve uma participação efectiva na plenária.

Há uma série de coisas que devem ser resolvidas, mas acho que temos a obrigação de encontrar um quadro de entendimento. Estou a falar enquanto Deputado José Viegas, acho que não há e nunca houve, do meu ponto de vista, nenhuma acção de perseguição da Assembleia Nacional, nem das instituições da mesma. Agora, o que tem havido são atitudes de muita incoerência e de muita irresponsabilidade por parte do Grupo Parlamentar do ADI.

Pondo fim a isso, penso que as coisas entraram na normalidade.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, pessoalmente compreendo os fundamentos de uns e outros, julgo que o Deputado eleito tem direito a tomar o seu lugar, essa é uma opinião pessoal, porém há os procedimentos que começam com a entrada dos documentos, passam pelos trâmites habituais que todos conhecemos e que, para este caso em concreto, há a 1.^a Comissão, que tradicionalmente emite pareceres e que nos conduziu a esta situação em concreto. Daí que gostaria de propor, quer aos Srs. Deputados que reivindicam este direito, com os fundamentos que o Sr. Deputado aqui apresentou, quer aos integrantes da 1.^a Comissão e quer aos parlamentares de uma forma geral, que este assunto volte a ser apreciado num outro momento, de forma a darmos continuidade aos nossos trabalhos hoje.

Esta é a proposta que gostaria de fazer aos Srs. Deputados e gostaria de conhecer a vossa reacção. Tem a palavra o Sr. Deputado Albertino Bragança, para uma intervenção.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Sr. Presidente, é só para manifestar a nossa concordância com a proposta que apresentou.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado José Viegas, se faz favor.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, não temos razões para estar contra esta proposta, porque acho-a razoável.

O Sr. **Presidente**: — Não obstante não ter pedido a palavra, gostaria de conhecer a posição do Sr. Deputado Idalécio Quaresma.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Concordamos com a proposta e esperamos que da próxima vez seja resolvida a situação.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado pela compreensão de todos e vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Temos no período de antes da ordem do dia, hoje não posso fazer referência ao controlo, mas vamos fazer uma gestão equilibrada e racional.

Vamos passar à fase seguinte, discurso dos representantes dos Grupos Parlamentares. Daí que gostaria de convidar o Sr. Deputado Albertino Bragança a usar da palavra.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — «Sr. Presidente, Sra. Ministra, Caras e Caros Deputados: Constitui para mim motivo de grande regozijo dirigir-me, em nome do Grupo Parlamentar do PCD, ao Plenário da Assembleia Nacional por ocasião do início de mais uma sessão legislativa.

Permitam-me pois que saúde a todos e a todas augure um desempenho à altura dos múltiplos constrangimentos que apostam em ensombrar o quotidiano dos são-tomenses, para os quais somos chamados a encontrar soluções.

Permitam-me ainda uma referência individual à figura de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional que, tendo assumido funções tão relevantes num quadro político claramente marcado por crispações, tem sido capaz de abrir caminhos lá onde as contrariedades persistem em surgir a cada passo, orientando-se sempre pelos princípios democráticos da prudência, abertura ao diálogo e procura conjunta de soluções.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a abertura desta Sessão Legislativa ocorre num contexto particularmente difícil para as populações, o qual foi minuciosamente descrito pelo XV Governo a esta augusta Assembleia, aquando dos debates atinentes à aprovação do seu Programa, bem como das GOP e do OGE.

No cerne destes debates, foram amplamente escalpelizadas as razões que estiveram na base da actual situação económica e denunciados factos a suscitar a devida investigação pelas autoridades competentes, pelo que estão finalmente criadas as condições para que o Governo, pela acção eficaz que dele se espera, arpie caminho e busque soluções tendentes à melhoria das condições de vida das são-tomenses e dos são-tomenses, correspondendo deste modo as expectativas favoravelmente criadas a sua volta.

Pelo profundo alcance das palavras recentemente proferidas perante este mesmo Plenário e bem assim pela postura pelas competências, diálogo, acção e transparência então assumida, reconhecemos ser esse o propósito por excelência do Sr. Primeiro-Ministro e dos demais membros do Governo, pelo que do alto deste púlpito lhes garantimos todo o apoio e colaboração do Grupo Parlamentar do PCD, de todo o necessário a concretização de tão nobre objectivo.

Sr. Presidente, Caras e Caros Deputados, o nosso Partido é ainda de opinião que, para além dos aspectos anteriormente referidos, o início de uma nova sessão legislativa deve constituir ocasião ímpar para uma séria e desapassionada reflexão sobre os polémicos acontecimentos que tiveram lugar no País, nos derradeiros meses do ano transacto, e que contribuíram para pôr, de certo modo, em causa a coesão do nosso tecido social.

Tal como o PCD tem vindo publicamente a afirmar, no momento dramático, em que a nossa sociedade se debate com inúmeros e graves problemas, dentre os quais a acentuada e progressiva dependência económica para com o exterior; a crise alimentar; o desmoronamento do espaço rural; a persistente descapitalização do sector privado; a flagrante corrosão da autoridade do Estado; a fragilidade na consciência de grande parte dos cidadãos da relação trabalho/riqueza; a pobreza; a mendicidade; a criminalidade; a prostituição juvenil e a delinquência que se expandem a olhos vistos; a degenerescência dos bons costumes e a decadência visível dos valores morais, enfim, no momento em que todos esses fenómenos se agigantam perante nós, torna-se imperioso e urgente enveredar pela via da adopção de um pacto de estabilidade e convergência entre as forças políticas, que se demonstrem abertas a tal eventualidade, susceptíveis de pôr termo ou, no mínimo, de esbater os germes da conflitualidade que vem impedindo a classe política de aglutinar vontades, potenciar energias e chegar a soluções capazes de contribuir para conduzir, definitivamente, o País ao desejado porto.

É, pois, necessário que todos tenhamos como convicção que, salvaguardando embora a defesa dos nossos interesses específicos, não devemos continuar a alimentar um modelo de relacionamento político baseado no constante agravamento dos conflitos que nos dividem.

Prestemos atenção, ao invés disso, aos evidentes sinais que vêm da sociedade, os quais nos sugerem uma postura muito diferente da que vem presidindo até hoje a nossa acção político-partidária.

Estas são, Sr. Presidente, Caras e Caros Deputados, as considerações que nos apraz fazer nesta sessão de abertura, aguardando de todos um abnegado empenho em prol da melhoria do funcionamento da Assembleia Nacional, certos de que com isso estaremos a contribuir para o aprofundamento e a consolidação do regime democrático que tanto apostamos em defender e preservar».

Muito obrigado pela vossa atenção.

Aplausos do PCD e do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Líder do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, para uma intervenção.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — «Sr. Presidente, Sra. Ministra dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados: Enquanto representantes do povo, são-nos atribuídos a nós os Deputados poderes para o controlo da acção governativa, sendo contudo que, no exercício desse controlo, somos chamados a intervir com um elevado sentido de responsabilidade para que os interesses superiores do povo sejam sempre salvaguardados, respeitados e realizados.

As mudanças de que o País precisa passam necessariamente pela mudança das nossas organizações, dos grupos parlamentares, das nossas práticas, das nossas posturas, em suma, de nós mesmos.

Assim, continuamos a assumir o nosso compromisso de trabalho e dedicação à causa do povo de São Tomé e Príncipe e o nosso compromisso para transformar as condições de vida das nossas populações, para lhes permitir viver com dignidade.

Para que se instaure no nosso país um clima de tranquilidade, esta Assembleia tem um importante papel a desempenhar. Neste sentido, temos de reconhecer, colectivamente, que nem sempre estivemos à altura desta tarefa. Temos experiência e saber que, modestamente, colocaremos ao dispor do Governo sempre que solicitados, de maneira honesta e clara. Congratulamos com as iniciativas e o esforço do Governo para o nosso bem comum.

O enriquecimento sem causa não pode ser visto apenas sob o ponto de vista legal. É um problema ético de primeira ordem. A mudança que o País precisa vai também exigir uma nova atitude da comunicação social. Estamos paulatinamente a retomar um país de debates, mas a comunicação social estatal pode contribuir para uma cultura de debate, baseada no conhecimento, que fomente ideias e não inimizades; que transmita valores e não insultos, que é uma forma baixa de fazer política.

Estamos a retomar uma nova sessão parlamentar. Podíamos iniciar um novo ciclo de mais tolerância e de mais diálogo construtivo para o bem dos são-tomenses. Cada um de nós deve individualmente fazer esse esforço, é difícil, mas a maioria de nós está pronto a fazer mais sacrifícios para o bem da Nação. Vamos manter a nossa acção de controlo para ajudar a imprimir melhor dinamismo e mais eficácia a actividade governativa, como forma de promover o desenvolvimento do País e melhorar a vida dos cidadãos.

Para o exercício das funções de controlo das acções governativas pelo Parlamento, a Constituição e o Regimento interno da Assembleia Nacional constituem um conjunto de instrumentos específicos a funcionarem com a intervenção dos Deputados. Pode-se assim referir à aprovação do Programa do Governo, à aprovação do OGE, dos Planos de Desenvolvimento e das Contas do Estado, ao debate e votação das moções de censura e de confiança, as perguntas ao Governo e aos inquéritos parlamentares.

Os poderes de controlo dos Deputados não estão limitados, sendo assim que, fora mesmo do âmbito desses instrumentos, eles podem se manifestar. Naturalmente que o Deputado é um observador e um analista atento, ele pode pois detectar que do dia-a-dia da gestão do País sejam necessários ajustamentos para melhorar a situação social, económica e até mesmo política do povo e das suas instituições. Neste contexto, é um dever do Deputado alertar o Governo quanto a necessidade de introdução de medidas correctivas para uma melhor satisfação dos interesses e das aspirações do povo, governar e gerir a coisa pública, pertença de todos nós, e pressupõe confiança. Assim, é imperativo que todos possamos ter confiança naqueles que nos representam e fazem a gestão desse bem comum. É com este espírito que pretendemos e queremos dar relevância ao ímpeto dos jovens, a sua acção, a sua influência, enfim, a sua contribuição necessária no desenho e na construção dos alicerces da futura Nação são-tomense. Que a juventude no seu todo, potencialmente, é uma fonte inesgotável de disponibilidade e criatividade, capaz de se transformar numa força de mudanças. As múltiplas ocorrências históricas já o comprovaram sobejamente.

Hoje, como resultado da própria independência, dos avanços e recuos registados no nosso processo de desenvolvimento e de uma complexidade acrescida do mundo, resultante de mudanças rápidas e profundas, os desafios que se colocam à participação dos jovens são mais complexos; as opções mais diversas; os objectivos mais heterogéneos e as motivações mais difíceis de ser articuladas num único projecto congregador.

O olhar da sociedade sobre a juventude está carregado de mitos e preconceitos. É preciso mudar esse olhar, é preciso entender melhor e ouvir o que os próprios jovens querem e pensam do futuro, em vez de instrumentalizar a juventude com discursos de circunstância, anátemas do passado, estigmatizações estereis e promessas de futuro sem fundamento no presente, manipulando aspirações e dificuldades reais.

Sr. Presidente, Sra. Ministra de Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, a imagem de um parlamento dominado pela ordem, pela atenção silenciosa dos intervenientes compatíveis com as expectativas dos mais atentos é o que mais desejamos, impressionando positivamente, não só os dirigentes políticos, como a opinião pública. Transformar o espaço parlamentar, composto de mulheres e homens que reúnem um capital simbólico de prestígio e de autoridade de urbanismo, de visão patriótica e comprometidos mais com os propósitos da Nação.

A elevada responsabilidade política do MLSTP/PSD, visando garantir a democratização e o fortalecimento das instituições democráticas, faz com que se proteja com firmeza a governabilidade e a estabilidade política, económica e social. É com essas motivações que projectamos uma nova revisão constitucional, que circunscreve nas modificações que permitam o aperfeiçoamento da Constituição, reforçando as condições de participação dos cidadãos na consolidação da nossa arquitectura democrática, na maior transparência de gestão de bens do Estado e na harmonização e coesão das instituições democraticamente constituídas.

Os novos paradigmas que se colocam à sociedade actual obrigam o Estado e a sociedade a estarem intrinsecamente ligados em busca de alternativas sustentáveis e credíveis para o País. O MLSTP/PSD está absolutamente convicto que a lei fundamental não cria por si só empregos; não aumenta por si só a compactidade das empresas e não garante por si só a sustentabilidade do Estado social, mas serve de orientação ao desenvolvimento, através de formas que, sendo concretizadas, darão aos são-tomenses esperança de um futuro melhor, mais próspero e mais solidário.

É neste contexto que na nossa iniciativa propomos introduzir algumas alterações ao texto constitucional, no qual quatro razões essenciais nos motivaram:

Primeira, garantir a estabilidade política.

Segunda, reforçar a confiança dos órgãos do Estado, a saber, mais transparência dos processos de execução das actividades dos órgãos políticos e administrativos; elevar o nível constitucional e o direito de oposição política; instituir a acção popular; instituir um sistema político e administrativo mais próximo dos cidadãos.

Terceiro, reforçar o controlo de um poder por outro, consistindo em instruir crimes de responsabilidade e regulamentar a execução das decisões dos tribunais.

Quarta, reforçar o controlo de bens públicos, mediante a declaração de bens de uma forma obrigatória pelos titulares dos órgãos de soberania e mediante o acesso dos cidadãos a essas declarações.

Elas visam criar melhores condições para fazer de São Tomé e Príncipe um país com uma sociedade mais justa e mais solidária.

Tudo gostaríamos de fazer, se a maioria de dois terços de Deputados à Assembleia Nacional se engajassem, para que todos os cidadãos possam ter o direito de apresentar, individual ou colectivamente, aos órgãos de soberania, aos órgãos do poder local ou a quaisquer autoridades, petições, reclamações, ou queixas para a defesa dos seus direitos, da Constituição, das leis ou do interesse geral e, bem assim, o direito de serem informados, em prazo razoável, sobre o resultado da respectiva apreciação.

Os titulares dos órgãos de soberania e os magistrados do Ministério Público devem fazer prova de terem declarado os seus bens à instituição competente, para a tomada de posse.

Sugerimos mais, que os Deputados tenham mais tempo de trabalho e que o período normal de funcionamento da Assembleia Nacional decorra de 15 de Setembro a 15 de Julho, sem prejuízo das suspensões que a Assembleia deliberar por maioria.

Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sra. Ministra, Sras. e Srs. Deputados, tenho dito».

Aplausos do PCD e do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Líder do Grupo Parlamentar do ADI, para uma intervenção.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — «Sras. e Srs. Deputados, o partido ADI aproveita esta sublime ocasião para, em primeiro lugar, saudar o povo são-tomense e queremos dizer a este amado povo que o ADI nunca abandonou a Assembleia Nacional e, enquanto instituição de Estado, acolhe da parte do ADI todo o reconhecimento, pois o ADI é parte integrante na representação dos são-tomenses, que delegaram esse poder por via das urnas, de acordo com a nossa Constituição, isto é, democracia representativa.

Pelas circunstâncias, o ADI politicamente foi obrigado a se manifestar, em nome do povo, contra os atropelos à nossa democracia, que culminou com a nossa ausência desta Tribuna. Esse posicionamento político do ADI foi reconhecido pela oposição na pessoa do Sr. Deputado Alcino Pinto, no programa «Fórum RTP África».

Hoje decidimos vir cá a esta Tribuna, não para responder às acusações infundadas feitas por algumas pessoas que, no nosso entender, não têm moral e muito menos dignidade para os fazer. Fomos acusados de tudo, desde terroristas políticos até traficantes e consumidores de droga. É de lamentar esta situação e é pena que todas essas acusações ficam impunes, na medida em que os protagonistas destas acusações são sempre os mesmos e se aproveitam da imunidade parlamentar para as fazer, mostrando claramente uma atitude de cobardia.

Sras. e Srs. Deputados, ao fazer uso desta Tribuna, por direito, uma vez mais, reafirmamos a nossa posição assumida e tornada pública várias vezes e que passo a citar:

Não reconhecemos o actual Presidente da Assembleia Nacional, pelos moldes em que ocorreram as eleições para o cargo, apesar de alguém ter dito que foi reconhecido pelo Tribunal Constitucional e pelas instâncias internacionais, fazendo referência a participação em dois eventos.

Não reconhecemos a actual Governo, por ser inconstitucional. Todo são-tomense sabe que o segundo partido mais votado é o MLSTP/PSD e não o UDD. De acordo com a Lei Eleitoral, caberia, nas circunstâncias, ao MLSTP/PSD liderar o Governo. A não ser que o actual MLSTP/PSD não tenha competência necessária, não obstante a exibição de serem apelidados de partido histórico e de experiências.

No entender do ADI, o País esta a ser mal governado e mal representado, uma vez que estamos diante de um Primeiro-Ministro e um Governo que elegeram o ADI e o seu líder como alvo, proferindo acusações que não são dignas de um homem de Estado e que, pelas funções já exercidas, deveria ter um outro comportamento.

Infelizmente, é o Governo que foi imposto aos são-tomenses que, em vez de buscar soluções para os graves problemas do País, vem somente alimentando o povo com promessas.

O País está de mal a pior. Todos os logros alcançados foram deitados abaixo, voltamos mais uma vez à estaca zero. Só um cego não vê que São Tomé e Príncipe está a caminhar para o abismo. Por conseguinte,

essa situação pode ser ultrapassada. Há tudo para sermos diferentes para o melhor. Há tudo para cultivarmos um clima de diálogo e busca de consensos. Há tudo para criarmos um espaço de inclusão, para permitir a participação de todos. Mas o caminho não é este em que nos encontramos.

Por isso que, desde o início desta crise forjada pelo Presidente da República, Manuel Pinto da Costa, que é o actor moral, e tendo como actores materiais o MLSTP/PSD, o PCD e o MDFM/PL, nós ADI sempre levantamos a nossa voz, pedindo eleições antecipadas como forma de clarificar a situação política, devolvendo a palavra ao povo soberano para que ele escolha quem realmente quer, mas esse direito foi negado, não ao ADI, mas sim ao povo são-tomense. Pois alguém afirmou que, «povo só manda nas urnas». Esperamos que quando chegar o momento o povo possa dizer ao Sr. Presidente Pinto da Costa, ao MLSTP/PSD e ao PCD como é que se manda nas urnas e que quando se manda nas urnas a decisão deve ser respeitada.

Que os agentes e dirigentes políticos entendam de uma vez por todas que o ADI é um partido responsável. O ADI foi acusado de insultar o Presidente da República, mas a verdade é que o ADI nunca insultou, nem ao Presidente da República, nem a outros dirigentes, pelo facto de ser um partido maduro e responsável. Mas reafirmamos a nossa determinação de criticar qualquer dirigente, incluindo o Presidente da República, porque entendemos que estamos em democracia e não em ditadura.

Lamentavelmente muitos têm memórias curtas. Para esses, queremos lembrar que foi nessa Casa Parlamentar onde surgiram vários insultos contra o antigo Presidente da República, Fradique de Menezes. Todos conhecemos os seus autores e alguns deles ainda se encontram entre nós, cá nesta Sala.

Por conseguinte, criticamos e criticaremos o Presidente da República por não ouvir e respeitar a voz do povo.

Criticamos e criticaremos o Presidente da República por ter entregue o poder ao UDD, não respeitando a Lei Eleitoral.

Criticamos e criticaremos o Presidente da República, enquanto não decidir pela marcação das eleições autárquica e regional para Julho deste ano.

Criticamos e criticaremos o Presidente da República por ter formado um Governo de sua iniciativa, quando a Constituição de 2003 não o prevê.

Criticamos e criticaremos o Presidente da República por assumir indirectamente a chefia do Governo, quando a Constituição é clara, que não devia ser.

Criticamos e criticaremos o Presidente da República por ter feito o País parar.

Sras. e Srs. Deputados, estamos no quarto mês do ano e o País está parado. O barco parado não faz viagem e queremos fazer viagem porque é o único meio que achamos poder alcançar o bem-estar do nosso povo.

Sras. e Srs. Deputados, o bem-estar deste povo consegue-se com trabalho, organização, inclusão, dedicação, programação e dedicação de homens e mulheres dispostos a esta árdua tarefa e não como pedintes e mendigos que nos habituaram todos esses anos e querem voltar a nos impor.

A partir dessa Tribuna queremos enviar essa mensagem a todas e todos são-tomenses que, quer o MLSTP/PSD, quer o PCD e o MDFM/PL, não nos trouxeram boas memórias. Todos esses fazem parte dos dilapidadores deste país, da destruição em que chegamos e do atraso em que nos colocaram.

Embora a redundância, a reafirmar que toda esta situação que São Tomé e Príncipe atravessa tem um actor moral, que é o Sr. Presidente Pinto da Costa e os actores materiais, que são o MLSTP/PSD, o PCD e o MDFM/PL.

A Assembleia Nacional, segundo informações veiculadas nos órgãos de comunicação social, pelo Sr. Deputado Alcino Pinto, esta a funcionar melhor que anteriormente. Mas, a Assembleia dos 29 já funcionou com falta de quórum e emitindo pareceres todos iguais e sem o contraditório. Nos países sérios, quando não há o contraditório, ou quando ele não se faz sentir, a solução é dissolver a Assembleia Nacional e devolver a palavra ao povo.

Sras. e Srs. Deputados, precisamos de dar uma nova dinâmica à nossa diplomacia.

Precisamos de dar esperança e oportunidade à nossa juventude.

Precisamos de credibilizar o nosso Estado e atrair investimentos.

Precisamos de colocar São Tomé e Príncipe no mapa como um dos destinos a visitar e a investir.

Para isso precisamos de instituições fortes e credíveis e neste momento a única instituição que poderá devolver essa esperança ao povo são-tomense é o Presidente da República, através da convocação das eleições legislativas antecipadas.

Por isso, uma vez mais, o ADI vem por este meio pedir ao Sr. Presidente da República que não hesite em marcar essas eleições, para que o País não perca mais tempo. Queremos avançar.

Sras. e Srs. Deputados, o povo de São Tomé e Príncipe tem saudades do governo do ADI. Por isso, podem contar connosco».

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente:** — Sras. e Srs. Deputados, com a vossa permissão, farei a leitura do meu discurso.

Exma. Sra. Ministra da Justiça e dos Assuntos Parlamentares, Exma. Sras. Deputadas, Exmos. Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Excelências:

Por ocasião da abertura desta VI Sessão da IX Legislatura, permitam-me que vos dirija breves palavras.

Desta feita, não farei propriamente o balanço desses quase cinco meses de trabalho. Quero aproveitar, sim, esta ocasião e este palco para partilhar convosco algumas reflexões sobre a nossa causa comum.

Excelências, diz o refrão popular: «depois da tormenta, vem a bonança». Nos finais do ano transacto, o País conheceu mais uma tormenta. A crise política que o País viveu, lamentavelmente, mais uma vez, veio provar que parte da nossa classe política ainda vive um período a que chamo de imaturidade.

Felizmente, vivemos em democracia, e a Nação abraçou os valores republicanos e o Estado de direito democrático veio para ficar, não obstante as várias vicissitudes que vamos encontrando pelo caminho.

Por isso mesmo, digo-vos, Excelências, que a tormenta ficou para trás. Porém, ainda não temos a bonança. Esta terá que ser o resultado de um longo e, muitas vezes, sinuoso percurso que juntos teremos que fazer. Quero, por isso, agora e aqui lançar um apelo para que aproveitemos a oportunidade que se nos oferece para diálogo e harmonização entre nós. Entre nós os principais autores da cena política nacional; entre nós, a classe política e a sociedade civil; entre nós os governantes e os governados sob as mais diversas formas, enfim, entre nós cidadãos e cidadãs são-tomenses.

Deixem-me, a propósito, recordar-vos que o mais básico, precioso e fundamental, conseguimos a 12 de Julho de 1975. Ora, o que é e o que era o mais básico? Foi o Direito a auto-determinação, a liberdade e a independência nacional. Conquistamos tudo isso porque reinava entre nós, os são-tomenses, e em particular entre os dirigentes e militantes da causa da independência, dentre eles muitos nacionalistas e jovens anónimos que se uniram à volta do então Movimento de libertação de São Tomé e Príncipe, quer sob a forma da associação cívica Pró-MLSTP, quer sob outra forma qualquer, um nacionalismo muito forte.

Naquela época, acima de tudo estava São Tomé e Príncipe. Todos queriam a independência nacional. Esta era a nossa causa comum, era o desígnio nacional.

Hoje quero propor-vos, todos os cidadãos e cidadãs, começando em primeiríssimo lugar pelos líderes políticos, dirigentes sindicais e de outras organizações da sociedade civil, dirigentes das associações e organizações juvenis, das mulheres, das comunidades e associações religiosas, culturais e desportivas, empresariais, enfim, a todos e todas um novo nacionalismo e um novo patriotismo. Um novo nacionalismo e patriotismo que se baseia ou que se funde nos valores universais da democracia, tais como:

1. Amor ao nosso país, ou seja, defesa intransigente dos interesses de São Tomé e Príncipe. São Tomé e Príncipe sempre em primeiro lugar.
2. Gestão transparente da coisa pública.
3. Prestação coerente e regular das contas a todos os níveis.
4. Solidariedade e cooperação institucional entre todos os órgãos do poder do Estado e os da administração central, regional e local.
5. Desenvolvimento de uma maior cultura de trabalho e de diálogo permanente entre nós.

Excelências, do meu ponto de vista, o que acabo de vos propor é fácil de se cumprir, se nós assim o quisermos. É preciso que cada um, cidadã e cidadão, sobretudo os que foram chamados para dirigir, cumpra a sua parte e façam os outros cumprirem. O segredo do nosso sucesso e da nossa felicidade poderá estar aí.

Por isso mesmo, meus amigos e minhas amigas, companheiros, companheiras, camaradas, minhas senhoras e meus senhores, faço-vos desta Tribuna, com o peso e influência do cargo que desempenho, mais um grande, urgente e vibrante apelo: vamos dedicar um pouco mais, quiçá, tudo o que pudermos dar à causa do nosso povo.

Sejamos melhores dirigentes! Sejamos bons Deputados e boas Deputadas! Sejamos mais responsáveis e mais dedicados ao trabalho!

O nosso exemplo, estou certo, mudará o quotidiano dos nossos concidadãos.

Todavia, Excelências, tudo isso não fará sentido se não nos pusermos de acordo sobre algo tão fundamental que é a estabilidade (essa palavra mágica). Quando falamos de estabilidade, a este nível, aqueles que nos escutam esperam que abordemos a estabilidade na óptica político-governativa. Julgo ser justa esta expectativa. Porém, é importante dizer que a estabilidade também pode ser nos domínios matrimoniais, emocionais, financeiros, profissionais, no emprego, dos preços, etc.

O que descortinamos de comum em tudo isso é que quando referimos a estabilidade, estamos a referir ao que é estável, e o que é estável tem a ver com o que é sólido, que tem solidez.

Por isso mesmo, a estabilidade sobretudo político-institucional e ou governativa é algo indispensável para as nossas vidas, quer no plano pessoal, familiar, empresarial, associativo, mas sobretudo no plano organizacional e societário.

Nós, os Deputados, nós os políticos devemos nos esforçar cada vez mais para que essa estabilidade seja o nosso bem comum. Pois, com a estabilidade podemos e devemos trabalhar mais e melhor para a nossa felicidade colectiva.

É desejável que em cada canto do nosso país os governantes e os cidadãos se engajem na luta pela redução da pobreza, visando o objectivo essencial, o crescimento económico e o desenvolvimento sustentável.

Minhas Senhoras, Meus Senhores, Excelências, nós, os parlamentares, podemos fazer isso. Sabem porquê? Porque temos o poder para o efeito. O povo que representamos concedeu-nos este mandato e os nossos poderes estão estatuídos na Constituição.

Devemos exercê-los e exercê-los correctamente. Todavia, deixem-me dizer-vos que aqueles que têm o poder não são ou não devem sentir-se privilegiados. O poder não é um privilégio, mas é acima de tudo uma responsabilidade. Uma responsabilidade em nome da causa pública. Aquele que detém o poder deve ser, acima de tudo, um servidor público.

Sras. e Srs. Deputados, tenho a convicção e quase a certeza que entre nós, os parlamentares, podemos contribuir mais para que os habitantes do nosso país possam ter uma vida melhor. Por isso e para isso, eu vos convoco para fazermos juntos uma coisa muito simples, mas com profundo e longo alcance:

1. Cumprir o juramento que fizemos desde o primeiro dia de empossamento de cada um de nós. Mas cumprir mesmo.

2. Cumprir e fazer cumprir rigorosamente as divisas do nosso país: «unidade, disciplina e trabalho».

Unidade porque a união faz a força e um povo unido derruba montanhas, constrói a sua felicidade e jamais será vencido. A luta pela independência e pela democracia são exemplos de que com unidade tudo conquistamos.

Disciplina porque ela molda o nosso comportamento, influência o nosso estilo de vida e leva-nos a ser bons servidores e mais solidários.

Trabalho porque diz a nossa língua «*tlabá só ka dá tê*». É com o trabalho que desenvolvemos as nossas vidas, as nossas famílias, as nossas empresas, enfim, o nosso país. O trabalho desenvolve o homem.

Sra. Ministra da Justiça, Sras. e Srs. Deputados, nos últimos tempos, muito se tem falado sobre a necessidade da reforma do Estado e da moralização da vida pública. Sobre esses assuntos, como disse, muito se tem dito e também já se escreveu muito. Provavelmente temos muitos documentos já aprovados à espera da sua materialização.

Quero, por isso, aproveitar a ocasião para anunciar ao País, em nome dos meus colegas, que a Assembleia Nacional, através dos seus vários órgãos, através dos vários grupos parlamentares, assumirá desde agora um papel mais activo no sentido de dar corpo a estas reformas e à necessária moralização da vida pública.

Sem pretender entrar no âmago das questões supra referidas, quero aqui deixar alguns itens para a nossa reflexão:

- Gestão transparente da coisa pública;
 - Prestação de Contas;
 - Comunicação ou inventariação do Património, a entrada e saída dos titulares de cargos políticos e outros da Administração Pública;
 - Reforma Parlamentar;
 - Deputado a tempo inteiro;
 - O regime das incompatibilidades;
 - O regime das imunidades;
 - A responsabilidade dos titulares de cargos políticos e similares;
 - A reforma do Judiciário
 - O peso das nossas instituições versus defesas orçamentais.
 - A poupança e a redução das despesas
 - Gastos transparentes do dinheiro público
 - Razoabilidade de valores de algumas senhas de presença nos sectores públicos do Estado.
 - A reforma legal consubstanciada na revisão de muitas legislações do nosso ordenamento jurídico-legal.
- Enfim, a lista será bastante longa, porém quedo-me por aqui, convencido que a partir de hoje faremos um pouco mais e melhor.

Quero, sim, agora terminar com algumas notas.

Primeira, o que nos deve deixar preocupados, para além de tudo, é a persistência de ausência de sinais que possa contribuir para a melhoria de rendimentos das famílias e da performance das nossas empresas.

Julgo imprescindível e urgente que o Governo, através do Orçamento muito recentemente aprovado, se delegue no sentido de dinamizar a economia e promover o emprego.

Segundo, aos jovens rapazes e raparigas quero aqui deixar uma dica: quero e creio que os jovens darão forma ao nosso futuro. Isto porque o futuro deles está vinculado ao nosso futuro.

Não devemos sentir-nos, cómodos se não houver a irreverência da juventude.

No entanto, devemos trabalhar juntos, para determinarmos o futuro da paz, da segurança, da prosperidade e do bem-estar.

Terceiro, não temos o direito de, com as nossas acções ou as nossas inacções, roubar as esperanças das nossas crianças e dos nossos jovens.

Quarto, o nosso relacionamento com o Governo.

Quero aqui propor-vos, Excelências, que doravante tenhamos:

- a) As presenças dos Srs. Ministros pelo menos uma vez por mês nas Comissões especializadas.

b) A presença de Sua Excelência o Primeiro-Ministro pelo menos uma vez em cada trimestre, para dentre outros, fazer-se o debate sobre o estado da Nação.

c) A presença dos Srs. Deputados uma vez por mês, nas suas respectivas comunidades, devidamente organizada pela Assembleia Nacional.

d) Enfim, maior acção fiscalizadora da acção governativa e da Administração.

Por tudo o que foi dito, quero por isso e para isso, Sras. e Srs. Deputados, convocar-vos de novo a:

1. Mais trabalho.
2. Melhor solidariedade.
3. Maior amor ao próximo.

Aproveito a ocasião para fazer uma nota especial. Essa nota é dirigida aos Srs. Deputados do ADI. Um apelo à reconsideração do posicionamento anterior. Convido-vos a um regresso efectivo e a uma participação contributiva. Este Parlamento precisa de todos nós. Bem-vindos!

Quero agora concluir, deixando uma nota de gratidão a todos os Srs. e Sras. Deputados, a Sra. Ministra da Justiça, aos técnicos de apoio, pela sua dedicação, esforço e prontidão, não somente pelos bons resultados desses 5 meses, mas sobretudo pelo apoio que me foi dado, tornando possível o meu desempenho.

A todos os meus sinceros e profundos agradecimentos.

Aplausos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à fase da Ordem do Dia.

De acordo com a nossa Ordem do Dia, temos a eleição de um membro do Conselho Superior de Imprensa, artigo 253.º. Passo a palavra ao Sr. Secretário da Mesa, para apresentar o assunto.

O Sr. **Secretário**: — «Sindicato dos Jornalistas e Técnicos da Comunicação Social.

Excelentíssimos Sr. Presidente da Assembleia, São Tomé.

Assunto: Designação de Eugénia Sacramento de Menezes da Costa Alamão para representante no Conselho Superior de Imprensa.

Excelência, a Direcção do Sindicato dos Jornalistas e Técnicos da Comunicação Social apresenta a Vossa Excelência os melhores cumprimentos e êxito na tarefa que lhe fora incumbida.

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, o jornalista Juvenal Rodrigues, representante do Sindicato no Conselho Superior de Imprensa, foi chamado para exercer outras funções. Por conseguinte, tornando necessário indicar outro representante do Sindicato junto ao Conselho Superior de Imprensa, temos a honra de informa que foi indicada a jornalista Eugénia Sacramento de Menezes da Costa Alamão para substituir o jornalista Juvenal Rodrigues.

Certo que esse pedido merecerá da parte de Vossa Excelência a melhor atenção para a solução do assunto, queira aceitar, Sr. Presidente, os protestos da nossa mais alta consideração e estimas.

São Tomé, 15 de Fevereiro de 2013.

O Secretário, Alfredo do Rosário Medeiros.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, esta é a correspondência que veio do Sindicato dos Jornalistas São-tomenses. Devem estar recordados que já tínhamos eleito os membros do Conselho Superior de Imprensa, mas por imperativo legal os directores dos órgãos de Comunicação Social não podem integrar o Conselho Superior de Imprensa. Daí que o sindicato indigitou um outro elemento, na ocasião a Sra. Dra. Eugénia de Menezes Alamão, para substituir o Sr. Juvenal Rodrigues. Como na nossa Casa Parlamentar, as nossas decisões são feitas na base de resolução, vou pedir ao Sr. Secretário para apresentar a proposta de resolução para análise e adopção.

O Sr. **Secretário**: — «Projecto de resolução n.º 65/IX/2013.

Tornando-se necessário proceder à substituição de um membro do Conselho Superior de Imprensa, em conformidade com a alínea f), número 1 do artigo 3.º, conjugado com o número 4 do artigo 5.º, ambos da Lei n.º 4/96 de 20 de Junho.

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

É substituído o Sr. Juvenal Rodrigues pela Sra. Eugénia Sacramento de Menezes da Costa Alamão, como representante do Sindicato dos Jornalistas e Técnicos da Comunicação Social, no Conselho Superior de Imprensa.

Artigo 2.º

A presente resolução entra em vigor, nos termos legais.

Publique-se.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 12 de Abril de 2013.

O Presidente da Assembleia Nacional, Alcino Martinho de Barros Pinto.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar à apreciação e votação da resolução.

Apreciação na generalidade, considerações.

Não havendo considerações, submeto à votação o projecto de resolução n.º 65/IX/2013.

Gostaria, Srs. Deputados da ADI, de conhecer o vosso posicionamento, estando Vossas Excelências na Sala. Srs. Deputados, Sr. Líder Parlamentar, obriga-nos o Regimento, foi evocado aqui de manhã pelo Sr. Deputado...

Protestos do ADI.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Qual é a intenção?

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Estamos na votação e há a favor, contra e abstenção

O Sr. **Presidente**: — Têm razão, Srs. Deputados.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Por isso é que falamos de perseguição, parece uma perseguição. Estamos numa votação e existe voto a favor, contra e abstenção.

Acabe a votação para depois tomar essa posição.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem razão, o erro é humano. Não há nesse aspecto nenhum sinal de perseguição. Vamos repetir a votação, na generalidade, por favor.

Submetido à votação, foi aprovado, com 29 votos a favor e 23 abstenções.

Vamos passar à votação da especialidade, começando pelo preâmbulo.

Submetido à votação, foi aprovado com 29 votos a favor e 23 abstenções.

Artigo 1.º

Submetido à votação, foi aprovado com 29 votos a favor e 23 abstenções.

Artigo 2.º

Submetido à votação, foi aprovado com 29 votos a favor e 23 abstenções.

Vamos passar à votação final global.

Submetido à votação, foi aprovado com 29 votos a favor e 23 abstenções.

Uma Voz: — 26.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Secretário disse-me que são apenas 23 Deputados.

Agora vamos passar ao segundo ponto da ordem do dia.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário**: — Sr. Presidente, vou ler a carta do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD.

«Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Nacional, São Tomé.

Assunto: Apresentação de candidatura.

Nos termos do artigo 254.º do Regimento da Assembleia Nacional, os Deputados abaixo-assinado vêm apresentar a candidatura do cidadão Jorge Amado para fazer parte do representante da Assembleia Nacional no Conselho Superior de Defesa Nacional.

Queira aceitar, Excelência, os nossos melhores cumprimentos.

Gabinete do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, Palácio dos Congressos, em São Tomé, aos 19 de Fevereiro de 2013.

Assinado, José da Graça Viegas Santiago, Adllander da Costa de matos, Arlindo Barbosa Semedo, Danilo Neves dos Santos.»

O Sr. **Presidente**: — Relativamente a este dossier, devem estar a recordar os Srs. Deputados que numa sessão em que não me recordo mais a data eu e o Sr. Deputado Hélder Paquete fomos eleitos membros do Conselho Superior de Defesa, representando a Assembleia Nacional. No entanto, após a minha eleição

como Presidente da Assembleia, ficou incompatível a minha presença neste Órgão do Estado. Daí que o MLSTP/PSD decidiu preencher o seu lugar indicando um Deputado seu.

Vamos passar à resolução.

Tem a palavra o Sr. Secretário, para fazer a leitura do projecto de resolução.

O Sr. **Secretário**: — Projecto de resolução n.º 66/X/2013.

Tornando-se necessário proceder à substituição de um membro, pela Assembleia Nacional, no Conselho Superior da Defesa Nacional, no âmbito da alínea d) n.º 3 do artigo 41.º da Lei n.º 8/2010- Revisão da Lei n.º 2/94, de 27 de Maio (Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas).

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

É substituído o Sr. Alcino Martinho de Barros Pinto pelo Sr. Jorge Amado, como representante da Assembleia Nacional, no Conselho Superior de Defesa Nacional.

Artigo 2.º

A presente resolução entra em vigor, nos termos legais.

Publique-se.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 12 de Abril de 2013.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Alcino Martinho de Barros Pinto*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, gostaria de dizer que eu creio que esse lugar é destinado um Deputado para ser representante da Assembleia e neste momento o Sr. Jorge Amado não está em funções como Deputado, pelo que não se pode proceder à aprovação desta resolução.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o que o Sr. Deputado Idalécio Quaresma nos recorda é que, não estando o Sr. Deputado Jorge Amado em funções neste momento, estando substituído, não deveríamos fazer hoje a sua eleição para esse cargo. Há objecção?

Uma voz: — Já aconteceu aqui.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, gostaria de ouvir a vossa reacção. Há alguma objecção relativamente à proposta do Sr. Deputado Idalécio Quaresma, no sentido de adiarmos?

Não havendo nenhuma objecção, agradeço a sua colaboração Sr. Deputado e este assunto fica adiado para a próxima oportunidade.

Passemos, de imediato, ao ponto seguinte, eleição de novos membros para a Comissão Eleitoral Nacional, e dou a palavra ao Sr. Secretário, para fazer a leitura da correspondência e, posteriormente, do projecto de resolução.

O Sr. **Secretário**: — Sr. Presidente, vou ler a carta.

«Gabinete do Primeiro Ministro.

Exmo. Sr. Presidente da Comissão Eleitoral Nacional.

São Tomé.

Encarrega-me Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro, a remeter-lhe a proposta do Governo com os nomes para integrar a Comissão Eleitoral Nacional:

Representante da Comunicação Social, Sr. José Bouças;

Representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, Sr. Olinto de Menezes;

Representante de poder local, Sr. Eterzizy de Castro D'Alva de Sousa.

Sem outro assunto, queira aceitar os meus melhores cumprimentos.

O Director de Gabinete, *Wando Castro.*»

O Sr. **Presidente**: — Sr. Secretário, faça a leitura do projecto de resolução.

O Sr. **Secretário**: — «Projecto de resolução n.º 67/IX/13 - Substituição dos Membros da Comissão Eleitoral Nacional.

Havendo a necessidade de se proceder à substituição dos membros da Comissão Eleitoral Nacional, nos termos da Lei n.º 9/2010 – Terceira Alteração à Lei n.º 12/1990, de 26 de Novembro, Lei das Comissões Eleitorais, de 31 de Dezembro;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º Eleição e Substituição dos Membros.

São substituídos os Membros da Comissão Eleitoral Nacional:

O Sr. José Bouças, em substituição de Sr. João Ramos de Assunção, na Comunicação Social;

O Sr. Olinto de Menezes, em substituição de Sr. Alberto Neto Pereira, no Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades;

O Sr. Eterzizy de Castro D'Alva de Sousa, em substituição de Sra. Elsa da Glória Monte Verde, em representação do poder local;

O Sr. Eugénio António Sacramento da Graça, em substituição do Sr. Hélio do Espírito Santo Nazaré, no Movimento Democrático Força da Mudança/Partido Liberal (MDFM/PL).

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 12 de Abril de 2013.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Alcino Martinho de Barros Pinto.*»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos passar à apreciação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, tenho alguma dificuldade de entender este processo, porque vejo aqui «eleição» e estamos a aprovar a resolução. Essa é a minha dúvida. Portanto, peço esclarecimento, porque no primeiro ponto havia escrito «eleição», mas não elegemos ninguém. Aprovamos uma resolução. Tem aí uma série de nomes, também é «eleição», mas estamos a aprovar uma resolução. Portanto, não sei se pode me esclarecer concretamente esse processo, porque na ordem do dia está «eleições».

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, os actos da Assembleia, neste caso, são aprovados através de uma resolução e é a resolução que conforma o acto electivo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Boa Morte.

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — Sr. Presidente, se assim for, nos termos do artigo 157.º, terá que ser precedida, pelo menos, de 48 horas e a Mesa não nos facultou o documento, obedecendo a esse prazo.

O Sr. **Presidente**: — Qual é o artigo, por favor?

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — Artigo 157.º

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, vamos fazer, muito rapidamente, uma consulta.

O Sr. Deputado Boa Morte levanta um pequeno aspecto regimental e gostaria de ouvir a vossa reacção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Albertino Bragança.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Sr. Presidente, eu estive a ver o artigo 157.º, ponto 2, que diz: «... antecedência do número anterior para 48 horas no mínimo», mas gostaria que desse atenção ao ponto seguinte, o ponto 3: «O disposto nos números anteriores não prejudica o consenso estabelecido na Conferência, no sentido de a discussão em reunião plenária poder ter lugar com dispensa dos prazos estabelecidos». Havendo consenso em Conferência de Líderes, dispensa-se.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado Sr. Deputado Albertino Bragança.

É de recordar aos Srs. Deputados que desde o primeiro dia que assumi as funções pautei a minha acção no sentido de convidar todos os Deputados que representam os seus respectivos grupos parlamentares nos demais órgãos desta Assembleia para todas as reuniões. Inclusive dei orientações muito específicas ao Sr. Secretário para que, no quadro das comunicações, utilize inclusive os seus serviços e não os serviços habituais da Assembleia Nacional, para que as coisas cheguem pelo menos aos respectivos grupos parlamentares.

Srs. Deputados, relativamente à Conferência de Líderes, temos assistido a uma ausência sistemática dos representantes do Grupo Parlamentar do ADI, por opção própria, que aqui até foi explicada hoje. Daí que, face a esse esclarecimento feito pelo Sr. Deputado Albertino Bragança, fundado também no Regimento, julgo que devemos passar adiante.

Murmúrios do Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Presidente**: — Ainda relativamente a este dossier.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sim, mas não sobre a discussão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, gostaríamos de perguntar, de acordo com a Lei 12/90, Comissões Eleitorais, onde é que se prevê a substituição desses membros? A substituição de membros da Comissão Eleitoral tem que estar plasmada numa lei.

O Sr. **Presidente**: — Já terminou?

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sim, é uma pergunta. Consoante a resposta posso avançar.

O Sr. **Presidente**: — Para que o Presidente não tenha uma posição parcial relativamente a isso, remeto a questão à consideração dos Srs. Deputados dos grupos parlamentares presentes.

Tem palavra o Sr. Albertino Bragança.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Sr. Presidente, eu corro o risco de não entender a questão levantada pelo Sr. Deputado Levy Nazaré, mas no texto que nos foi apresentado fala-se, «nos termos da Lei n.º 9/2010 - Terceira Alteração à Lei n.º 12/1990, de 26 de Novembro». É no âmbito dessa lei de alteração, é que se pretende fazer isso. Não sei se tem o texto consigo?

Ali diz: «Havendo a necessidade de se proceder à substituição dos Membros da Comissão Eleitoral Nacional, nos termos da Lei n.º 9/2010 - Terceira Alteração à Lei n.º 12/1990, de 26 de Novembro». Quer dizer a Lei n.º 12 foi a primeira e lei e foi alterada. A terceira alteração, é a Lei n.º 9/2010. Nos termos dessa lei é que se faz essa substituição.

O Sr. **Presidente**: — Podemos continuar?

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — É só para ficar aqui claro para nas ocasiões futuras que o artigo 114.º do nosso Regimento, «Formas das votações», no seu ponto 1, alínea c) diz: «Por mão levantada, que constitui a forma usual de votar.» e no artigo 3 diz: «A votação prevista na alínea c) consiste em se perguntar primeiro quem vota a favor, em seguida, quem vota contra e, finalmente, quem se abstém. No acto da votação, os Deputados votantes levantam a mão. É só para nós cumprirmos o Regimento.

O Sr. **Presidente**: — Vamos dar continuidade a esse esclarecimento regimental.

Estávamos em sede da discussão do projecto de resolução.

Vamos passar à discussão, na generalidade, do terceiro ponto da ordem do dia, referente a eleição de novos membros para a Comissão Eleitoral Nacional.

Submetido à votação, foi aprovado com 29 votos a favor e 26 abstenções.

Passemos à votação na especialidade, preâmbulo.

Submetido à votação, foi aprovado com 29 votos a favor e 26 abstenções.

Artigo 1.º

Tem a palavra o Sr. Deputado Albertino Bragança.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Eu queria propor a inversão da forma como está escrito esse projecto de resolução. Nós dizemos que são substituídos os membros da Comissão Eleitoral Nacional, a partir dos membros João Ramos de Assunção, na Comunicação Social, por José Bouças. Partimos dos membros que estão a ser substituídos, para estar de acordo com a primeira frase do projecto. Temos que inverter.

O Sr. **Presidente**: — Há alguma objecção a essa proposta do Sr. Deputado Albertino Bragança?

Não sendo o caso, vamos considerar esta proposta para todos os outros nomes.

Vamos votar o artigo 1º, com as alterações propostas.

Submetido à votação, foi aprovado com 29 votos a favor e 26 abstenções.

Artigo 2.

Submetido à votação, foi aprovado com 29 votos a favor e 26 abstenções.

Passemos à votação final global.

Submetido à votação, foi aprovado com 29 votos a favor e 26 abstenções.

Está aprovado o projecto de resolução que indigita novos membros para a Comissão Eleitoral Nacional.

Passamos de imediato a outro ponto de agenda do nosso trabalho que é «aprovação da resolução que atribui senha de presença aos membros do Conselho Superior de Imprensa».

Srs. Deputados, antes de passar esta questão à vossa consideração, deixem-me fazer duas considerações. Uma primeira é que o nosso Conselho de Administração não tem vindo a funcionar e daí que muitos assuntos não têm sido apreciados por esse órgão.

O segundo aspecto é que temos um parecer dos nossos serviços que apontam para uma alteração significativa relativamente à proposta que os integrantes do Conselho Superior de Imprensa submeteram à consideração da Assembleia Nacional e esse parecer ainda não foi apreciado com este órgão, como vos disse, e apresenta uma redução significativa relativamente à proposta submetida pelo Conselho Superior de Imprensa. Analisando esse parecer, consideramos ser judicioso, porque apontariam para que o orçamento do Conselho Superior de Imprensa fosse grande parte dele absorvido apenas por senha de presença. Daí que nós consideramos ser de toda utilidade para o próprio Órgão Conselho Superior de Imprensa voltar a apreciar essa questão, o que não se conseguiu fazer até este momento, pelo gostaríamos de propor a Vossas Excelências o adiamento dessa discussão, observando o princípio de respeito pelo proponente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Paquete.

O Sr. **Hélder Paquete** (ADI): — É só para informar que o nosso grupo parlamentar está a favor da posição da Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Daí que vamos discutir esse assunto noutra ocasião.

A seguir temos uma outra questão que é análise e votação, na generalidade, especialidade e final global do projecto de resolução que autoriza o funcionamento da Comissão Eleitoral Nacional até as Eleições Autárquicas e Regional.

Sobre este assunto julgo que os Srs. Deputados estão sobejamente informados. A nossa Comissão Eleitoral tem vindo a pedir à Assembleia Nacional a prorrogação do prazo para o seu funcionamento, tendo em conta os problemas existentes a nível técnico dos nossos sistemas informáticos. Esses assuntos não estão ainda resolvidos e sei que nas últimas duas semanas houve da parte de Sua Excelência o Sr. Presidente da República diligências junto dos partidos políticos e da própria Comissão Eleitoral Nacional, no sentido de colher o sentido dos partidos políticos e o grau de informação por parte da Comissão Eleitoral, em relação a esse assunto. Nós próprios reunimos, muito recentemente, a Comissão Eleitoral para que nos desse uma informação detalhada sobre o estado actual da revisão desse processo e o que nos foi dito é que há uma grande incerteza. Porém, a Comissão Eleitoral, não estando em funcionamento, temos dificuldades de acompanhar com viabilidade toda esta revisão do sistema informático e, por esta razão, na Conferência de Líderes realizada, discutimos o assunto e decidimos trazê-lo à consideração das Sras. e Srs. Deputados.

Antes de passarmos ao texto do projecto de resolução, gostaria de saber se há reflexões nesse sentido.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — É obvio que o nosso grupo parlamentar está de acordo que se dê essa autorização, tendo em conta que, como foi dito várias vezes por vários órgãos de soberania e ainda ouvimos hoje aqui, devemos fazer de tudo para cumprir as regras, a lei e a nossa Constituição. Também ouvimos aqui hoje que todos nós fizemos o juramento de cumprir a Constituição e as leis, daí que o nosso Grupo Parlamentar não só toma essa decisão, como apela a todos democratas para exercermos todas as influências que podemos exercer para que se cumpra um desiderato fundamental em democracia que é a realização das eleições. Se várias vezes ouvimos declarações e comentários de que não é um grupo ou um partido que impõe as eleições antecipadas, nós gostaríamos de ver se as eleições estão legal e constitucionalmente previstas também ou se compete a um grupo ou partido realizá-las a tempo que devem ser realizadas ou não, para não haver desculpas amanhã por falta disso e daquilo.

Nós autorizamos que os trabalhos continuem e apelamos a todos membros da Comissão Eleitoral Nacional que tudo possam fazer para que haja eleições em Julho próximo.

Para terminar, gostaria de fazer uma rectificação à Mesa. Sua Excelência o Presidente da República não recebeu a Comissão Eleitoral Nacional, mas sim um membro dessa Comissão. A Comissão Eleitoral Nacional é composta por todos aqueles membros, conforme a Lei, e foi a primeira vez que um Presidente da República recebe apenas um membro, o Presidente da Comissão Eleitoral Nacional.

O Sr. **Presidente**: — Se não há novas intervenções, peço ao Sr. Secretário para fazer a leitura e depois passaremos à apreciação do projecto de resolução.

Tem a palavra o Sr. Secretario.

O Sr. **Secretário**: — Projecto de resolução n.º 68/IX/2013 – Que autoriza o funcionamento da Comissão Eleitoral Nacional até a realização das eleições autárquicas e regional.

Preâmbulo.

Tornando-se necessário autorizar o funcionamento da Comissão Eleitoral Nacional, com o objectivo de continuar com os trabalhos em curso, visando a correcção das deficiências da base de dados de eleitores e do *quit* de recenseamento, na perspectiva de realização das eleições autárquicas e regional;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º. É autorizada a Comissão Eleitoral Nacional para funcionar até a realização das eleições autárquicas e regional.

Artigo 2.º.

A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 12 de Abril de 2013.

O Presidente de Assembleia Nacional, Alcino Martinho de Barros Pinto.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à apreciação do projecto de resolução. Gostaria de ouvir a vossa reacção ao texto apresentado.

Não havendo considerações, vamos passar à aprovação na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado com 55 votos a favor.

Passemos à votação na especialidade, *preâmbulo*.

Tem a palavra o Sr. Deputado Albertino Bragança.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Sr. Presidente, nesse preâmbulo, eu queria, em primeiro, que se evitasse um neologismo, quer dizer, evitar o uso de palavras estrangeiras, quando nós temos as sucedâneas na língua portuguesa. Onde tem «os *quits* de funcionamento», eu queria sugerir que ficasse «equipamentos de recenseamento». Portanto, é uma palavra portuguesa que substitui «*quits*». Depois, «... com o objectivo de continuar com ...», eu sugeria que fosse «... de prosseguir os trabalhos ...», na segunda linha; na quarta linha «...nas perspectiva ...», claro que é «... na perspectiva ...».

Isso é com relação ao preâmbulo. Depois intervirei em relação ao artigo 1.º.

O Sr. **Presidente**: — A reacção das Sras. e Srs. Deputados relativamente à alteração do preâmbulo sugerida pelo Sr. Deputado Albertino Bragança?

Não havendo objecção, vamos passar à votação do preâmbulo na especialidade, com as rectificações feitas.

Submetido à votação foi aprovado por unanimidade.

Votemos o artigo 1.º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Albertino Bragança.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Desculpe-me por estar a intervir tantas vezes, Sr. Presidente, mas é só para dizer que «É autorizada a Comissão Eleitoral Nacional a funcionar até a realização...» dá-se autorização a, a proposição é «a» e não «para».

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar a votação do artigo 1.º.

Submetido à votação foi aprovado por unanimidade.

Votemos o artigo 2.º.

Submetido à votação foi aprovado por unanimidade.

Vamos passar a votação final global do projecto de resolução.

Submetido à votação foi aprovado por unanimidade, ou seja, 52 votos a favor.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais assuntos a tratar, agradeço a vossa contribuição e declaro encerrada a sessão.

Eram 13 horas e 35 minutos.